



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

MAPA DE RISCO - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESPIRITO SANTO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE SERVICOS GERAIS
SECAO DE ZELADORIA

Processo nº: 7010154-22.2024.8.08.0000

Análise de Riscos - SECAO DE ZELADORIA

Solução a ser contratada: Contratação de prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, asseio e jardinagem com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como prestação de serviços periódicos ou sob demanda de controle de pragas urbanas, limpeza de caixas d’água, limpeza de fossas e caixas de gordura, lavagem de togas e serviços técnicos específicos, conforme demanda das unidades do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

ANÁLISE DE RISCOS - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR E/OU GESTÃO DO CONTRATO							
Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Dano Potencial	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Pagamento de salário abaixo da convenção, acordo ou dissídio coletivo	Baixa	Baixo	Descumprimento de formalidade legal	Utilizar checklist dos procedimentos a serem adotados para o planejamento da contratação	Autoridade competente e Planejamento	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento	Autoridade competente
Pagamento de salário menor que o apresentado na planilha de custos (Proposta)	Baixa	Alto	É opção do licitante pagar salário maior que o previsto em convenção; se assim for informado na planilha de custos vencedora com valor global é necessário o pagamento dos salários aos empregados nos moldes da planilha, sob o risco da Administração pagar valor superior ao custo apresentado pela empresa	Previsão no Edital reforçando a obrigatoriedade de pagamento dos salários apresentados em planilha	Equipe de planejamento, responsável pela confecção do TR e equipe de contratação, responsável pelo Edital	Glosa e imputação de penalidade à contratada com solicitação de regularização da pendência	Gestor do contrato
Desvio/acúmulo de função dos empregados lotados no contrato	Média	Alto	Dano 1 - Condenação subsidiária da administração para pagamento das verbas trabalhistas dos decorrentes do serviço; Dano 2 – Prejuízo aos serviços originados pelo	Reuniões com o preposto da contratada com a finalidade de evitar a pratica por parte da empresa, por meio de supervisões	Gestor do contrato	Penalização da contratada por falta de supervisão	Gestor do contrato

			objeto da contratação				
Subdimensionar a equipe necessária para atender as demandas	Baixa	Alto	Contratação e execução deficiente do objeto	Realizar levantamentos de demandas que serão atendidas	Equipe de planejamento	Retornar estudos preliminares para adequação, se detectado antes da licitação; se detectado durante o contrato, realizar aditivo no contrato, desde que justificado	Equipe de planejamento e Gestor do contrato
Falta de pagamento de 13º salário anual, Falta de pagamento de férias e abono férias anual e/ou Falta de pagamento do depósito da multa de 40% do FGTS ao final do contrato	Baixa	Alto	Condenação subsidiária da Administração para pagamento das verbas	Previsão de contingenciamento mensal da verba em Edital, devendo colher a devida autorização da licitante quanto o bloqueio das verbas em conta contingenciada, conforme Resolução 248/CNJ	Equipe de contratação, responsável pelo Edital	Retenção mensal dos valores em conta contingenciada, seguindo os percentuais previstos na planilha de encargos	Gestor do contrato e Secretaria de Finanças
Falta de pagamento do depósito mensal de 8% do FGTS	Baixa	Alto	Condenação subsidiária da Administração para pagamento das verbas	Previsão no edital de obrigatoriedade da contratada entregar semestralmente os comprovantes de todos os empregados para verificação	Equipe de planejamento, responsável pela confecção do TR e equipe de contratação, responsável pelo Edital	Glosa no pagamento referente aos depósitos pendentes e respectiva atualização dos valores e penalização da contratada	Gestor do contrato
Ausência de aprovação do termo de referência	Baixa	Baixo	Descumprimento de formalidade legal	Observar a NP 01.01	Secretaria de Infraestrutura	Encaminhar o processo à autoridade competente para aprovação do TR	Ordenador de despesas
Restrição de competitividade em razão de critérios excessivamente restritivos	Média	Alto	Licitação deserta ou fracassada gerando custo administrativo desnecessário	Verificação detalhada do TR evitando critérios excessivamente restritivos	Equipe de planejamento, responsável pela confecção do TR e equipe de contratação, responsável pelo Edital	Alterações necessárias para adequação do edital que por ventura forem apontadas pela Assessoria Jurídica	Equipe de planejamento, responsável pela confecção do TR e equipe de contratação, responsável pelo Edital
Classificação da proposta sem observância da liquidez da licitante	Baixa	Alto	Impugnação e retardamento da contratação ou assinatura de contrato com empresa que não detém o capital de giro mínimo para suportar o contrato	Previsão no edital das informações financeiras a serem fornecidas pela licitante na fase de habilitação	Equipe de contratação, responsável pelo Edital	Verificação dos valores pela Secretaria de Finanças e consequente desclassificação da licitante	Secretaria de Finanças e Pregoeiro
Proposta com sobrepreço 1	Baixa	Alto	Absorção do sobrepreço gerando	Confecção de planilha para	Equipe de planejamento	Verificação da planilha de preços a	Gestor do contrato

			dano ao patrimônio público	estimar os custos máximos e pesquisa de preços referenciais para insumos	e Seção de Compras	cada prorrogação com a respectiva glosa, se necessário	
Proposta com sobrepreço 2	Baixa	Médio	Prejuízo ao erário	Designação de Equipe de Apoio ao Pregoeiro composta por profissional Contador e servidores capacitados para a análise	Autoridade competente	Solicitar correção da planilha pela empresa licitante após análise do Pregoeiro e Equipe Técnica de Apoio ao Pregoeiro	Pregoeiro e Equipe Técnica de Apoio ao Pregoeiro
Impugnação	Baixa	Médio	Atraso na abertura da licitação	Acompanhar possíveis regras e critérios restritivos	Equipe de planejamento e Seção de Contratação	Responder às impugnações e adequar o TR, se necessário	Equipe de planejamento e Seção de Contratação
Licitação deserta ou fracassada	Baixa	Médio	Não contratação tempestiva de empresa para prestar o serviço	Acompanhar possíveis regras e critérios restritivos	Equipe de planejamento e Seção de Contratação	Realização de novo processo de licitação ou tomada de providências para contratação	Equipe de planejamento e Seção de Contratação
Não assinatura do contrato	Baixa	Alto	Não contratação do serviço	Aplicar sanções administrativas previstas na legislação vigente	Equipe de apoio da contratação e Seção de Contratação	Convocação das empresas remanescentes do certame para assinatura do contrato, realização de nova licitação ou contratação direta	Pregoeiro ou Seção de Compras (se for contratação direta)
Não apresentação da documentação indispensável para conferência para liberação do pagamento mensal	Alta	Médio	Não contratação do serviço	Informar no Edital, de forma pormenorizada, a documentação mínima exigida para realização dos procedimentos necessários para conferência e posterior liberação do pagamento	Equipe de planejamento e Seção de Contratação, responsáveis pela elaboração do Edital	Retenção do pagamento	Gestor do contrato
Atraso na execução dos serviços	Baixa	Alto	Não atendimento da demanda prevista em contrato	Acompanhar	Gestor do contrato	Notificação da empresa contratada e aplicação de sanções previstas no TR, Edital e/ou contrato	Gestor do contrato
Dificuldade em manter a qualidade dos serviços	Média	Médio	Demora no atendimento ou não execução do serviço	Acompanhar	Gestor do contrato	Notificação da empresa contratada e aplicação de sanções previstas no TR, Edital e/ou contrato	Gestor do contrato
Redução Orçamentária	Baixa	Alto	Não atendimento do objeto da contratação	Acompanhar e realocar recursos entre os projetos	Gestor do contrato	Realização de movimentação orçamentária interna; proposição de ações junto ao PJES e/ou ao	Ordenador de despesas

						Governo Estadual para que se aprove orçamento suplementar a fim de cobrir as despesas necessárias; garantia de que os recursos disponibilizados para o contrato estejam disponíveis durante a execução	
Dispositivos de Convenção Coletiva de Trabalho / Acordo Coletivo de Trabalho direcionados à Administração Pública	Média	Alto	Dano ao erário	Detecção de dispositivos de instrumentos coletivos (CCT/ACT) que criem obrigações à Administração Pública, em desacordo com o parágrafo único do artigo 6º da Instrução Normativa 05/2017 – MPDG, bem como determinação constante do Ofício nº 0443313 – SG, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Ofício nº 0478/2018 do Tribunal de Contas da União – TCU e Despacho nº 1035/2018 da Secretaria Geral deste Poder Judiciário (Processo SEI 2018.00.674.849)	Equipe de planejamento e Gestor do contrato	Submeter à Administração, para análise de redação de dispositivos que contenham obrigações expressamente criadas para a Administração Pública, ou indícios de burla às normas vigentes, com textos travestidos de legalidade, mas, porém, com vícios de finalidade	Gestor do contrato
Atos de ingerência na administração da Contratada	Alta	Alto	Responsabilização da Administração por atos de ingerência	Não admitir qualquer ingerência na administração da Contratada, tais como: 1) exercer o poder de mando sobre seus empregados; 2) influenciar, de qualquer forma, na contratação, demissão e alocação de pessoal; 3) promover e/ou aceitar desvio/acúmulo de função, utilizando a mão de obra da contratada em	Fiscal do contrato	Submeter à Administração, para análise e providências, sempre que tomar ciência de indícios de ingerência por parte de agentes públicos na administração da contratada	Gestor do contrato

				atividades diversas daquelas para as quais foram contratadas; 4) interferir na época de gozo de férias de pessoal da contratada; 5) solicitar substituição de posto de trabalho que não esteja desempenhando suas atividades de forma satisfatória, sem motivação expressa e objetiva, para garantir a lisura, impessoalidade e transparência do processo			
Gestão/Fiscalização inefetiva	Alta	Alto	Não satisfação das necessidades do órgão e dano ao erário	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato; promover capacitação do gestor/fiscal do contrato	Secretário Geral	Substituir gestor/fiscal não capacitado para a gestão/fiscalização do objeto contratado	Secretário Geral
Não reposição de mão de obra ausente	Média	Alto	Prejuízo ao erário e má prestação dos serviços	Notificar imediatamente a contratada para reposição	Gestor do contrato	Promover a glosa do valor na nota fiscal e aplicação do IMR	Gestor do contrato



Documento assinado eletronicamente por **VITOR ROCHA DANNEMANN, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM ELETROTECNICA**, em 12/02/2026, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUREA RANDOW RANGEL SIMOES, ASSESSOR JUDICIARIO**, em 09/03/2026, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2623596** e o código CRC **B3C062B3**.